

02/10/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.881 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: LUIZ CARLOS DE MELLO AZEVEDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO PAULO DA SILVA</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ATO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. QUEBRA DE SIGILO FISCAL DE CONTRIBUINTE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E AUSÊNCIA DE PROVAS DA PRÁTICA DA INFRAÇÃO IMPUTADA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. Suspeição da comissão de processo administrativo não demonstrada. Inexistência de ato ou manifestação que evidencie atitude tendenciosa de seus membros.

2. A ausência de intimação do resultado do relatório final da comissão de processo administrativo não caracteriza afronta ao contraditório e à ampla defesa quando o servidor se defendeu ao longo de todo o processo administrativo. Precedentes.

3. O indeferimento motivado de pedido de prova testemunhal formulado após o término da instrução do processo administrativo não caracteriza cerceamento de defesa. Art. 156, §§1º e 2º, da Lei n. 8.112/1990.

4. Existência de provas suficientes da participação do servidor na quebra do sigilo fiscal de contribuinte e no compartilhamento indevido de sua senha pessoal de acesso aos sistemas do Ministério da Fazenda.

5. Recurso ordinário ao qual se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do

**RMS 30.881 / DF**

Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao recurso em mandado de segurança**, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, deste julgamento, os Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Brasília, 2 de outubro de 2012.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.881**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECTE.(S) : LUIZ CARLOS DE MELLO AZEVEDO

ADV.(A/S) : JOÃO PAULO DA SILVA

RECDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Por indicação da Relatora e, por maioria de votos, a Turma retirou o processo da Pauta n. 14/2012, publicada no DJe de 16.5.2012, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 11.9.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma

02/10/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.881 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: LUIZ CARLOS DE MELLO AZEVEDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO PAULO DA SILVA</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Recurso ordinário em mandado de segurança interposto por Luiz Carlos de Mello Azevedo, em 17.6.2011, contra decisão da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a medida pedida no Mandado de Segurança n. 13.498/DF.

2. Em 18.12.2000, foi divulgada denúncia jornalística sobre o comércio de declarações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas realizado por detetives particulares (fl. 25). O autor da reportagem relatava ter contatado detetive particular por anúncios classificados e, simulando interesse em obter dados fiscais de terceiro, adquirido cópia de sua declaração de imposto de renda pelo valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

A apuração dos fatos narrados na denúncia revelou que o acesso à declaração do jornalista foi realizado mediante uso da senha pessoal de Luiz Carlos de Mello Azevedo, utilizada em inúmeros acessos, realizados em datas e estações de trabalho distintas. Isso motivou a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 10768.013694/2002-5, que resultou na demissão do servidor pelo Ministro de Estado da Fazenda (Portaria n. 436/2004), e da Ação Penal n. 2005.51.01503720-0, arquivada por força de *sursis* processual.

**RMS 30.881 / DF**

Ao examinar o Mandado de Segurança n. 10.468, impetrado contra a portaria de demissão, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu a violação do direito de defesa do servidor e concedeu a segurança para anular o processo administrativo desde o indeferimento do pedido de produção de prova testemunhal.

Em 5.4.2007, nova comissão processante foi designada pela Portaria PFN/RJ n. 17 e de acordo com o Recorrente, após a oitiva de testemunhas e a juntada de provas que demonstravam a realização de acessos com sua senha em períodos em que estava ausente, o “*processo administrativo [teria] pass[ado] a observar tramitação anormal*” (fl. 5, volume 1), com a repetição de diversos atos processuais.

Informa o Recorrente que, após a conclusão do relatório final, a comissão teria renovado seu interrogatório e indiciamento, determinando-lhe a apresentação de nova defesa escrita e o esclarecimento dos questionamentos “*elaborad[os] por meio da ‘Ata de Deliberação’ da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ocorrida em 21.12.2007*”

Destaca ter apresentado nova defesa escrita em 28.12.2007, solicitado a intimação dos servidores responsáveis pelos terminais em que sua senha foi utilizada e, em 2.1.2008, prestado os esclarecimentos requeridos. Entretanto, a comissão teria ignorado seu requerimento e elaborado novo relatório final sugerindo sua demissão.

Em 8.1.2008, lastreado no Parecer PGFN/CJU/CED n. 14, o Ministro de Estado da Fazenda demitiu Luiz Carlos de Mello Azevedo, por infringência ao art. 132, inc. IV, IX e XIII, combinado com o art. 117, inc. IX, ambos da Lei n. 8.112/1990 (Portaria n. 4/2008, fl. 267).

Em 10.4.2008, o ex-servidor impetrou o Mandado de Segurança n.

**RMS 30.881 / DF**

13.498/DF, cuja ordem de segurança foi denegada pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos termos seguintes:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADES. SUSPEIÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. INTIMAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE. DESNECESSIDADE. PEDIDO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS FORMULADO APÓS A INSTRUÇÃO DO FEITO. INDEFERIMENTO MOTIVADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.*

*1. Não há falar em suspeição se o impetrante não logra demonstrar nenhuma atitude tendenciosa dos membros da comissão processante.*

*2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que no processo administrativo disciplinar regido pela Lei 8.112/90 não há a previsão para a apresentação, pela defesa, de alegações após o relatório final da Comissão Processante, não havendo falar em aplicação subsidiária da Lei 9.784/99.*

*3. Não importa em cerceamento de defesa o indeferimento devidamente motivado de produção de prova testemunhal formulado após a instrução do feito.*

*4. Segurança denegada”.*

Contra essa decisão Luiz Carlos de Mello Azevedo interpôs o presente recurso ordinário, no qual alega, em síntese, a suspeição da comissão processante, a aplicação da Lei n. 9.784/1999 ao processo administrativo disciplinar previsto na Lei n. 8.112/1990, o cerceamento de seu direito de defesa e a inexistência de comprovação de que teria participado da venda dos dados fiscais do jornalista.

Pondera que os integrantes da comissão de processo administrativo não teriam conduzido os trabalhos de modo isento e imparcial, pois presumiram a responsabilidade do Recorrente, sem apurar quem efetivamente teria vendido a declaração de imposto de renda. Embora sua senha pessoal tenha sido utilizada, as provas produzidas no processo

**RMS 30.881 / DF**

evidenciariam que terceiros a conheçam, conclusão que decorreria dos inúmeros acessos realizados no período de apuração e da circunstância de que o acesso ilegal partiu de computador localizado em outra sala.

Ressalta que a Lei n. 9.784/1999 seria aplicável subsidiariamente ao processo administrativo disciplinar da Lei n. 8.112/1990 e que a ausência de intimação do teor do relatório final da comissão processante geraria a nulidade do processo.

O Recorrente destaca que o pedido de produção de provas não teria sido extemporâneo e que seu indeferimento consubstanciaria cerceamento de defesa, em especial porque não se comprovou quem seria o autor do fato.

*Assevera que “o fato de ter sido utilizada [sua] senha pessoal (...) não induz, necessariamente, a sua culpa, mesmo porque o relatório do SERPRO não deixa dúvidas de que a senha pessoal (...) caiu em domínio público” (fl. 606).*

Pede seja provido o presente recurso para reformar a decisão recorrida.

3. Em 24.8.2011, a Secretaria do Superior Tribunal de Justiça certificou que, embora devidamente intimada, a União deixou de apresentar contrarrazões (fl. 614).

4. Em 25.8.2011, o presente recurso ordinário em mandado de segurança foi admitido pelo Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (fl. 616).

5. Em 29.3.2012, a Procuradoria-Geral da República opinou pelo não provimento do recurso, pois a suspeição da comissão processante não teria sido comprovada e a Lei n. 8.112/1990 não prescreveria a intimação do servidor sobre a conclusão do relatório final da comissão processante.

**RMS 30.881 / DF**

Ressaltou, por fim, a não ocorrência do alegado cerceamento de defesa, ao fundamento de que a decisão que indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal teria sido motivada.

**É o relatório.**



02/10/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.881 DISTRITO  
FEDERAL**

**V O T O**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

2. Sua argumentação concentra-se na suposta suspeição da comissão de processo administrativo e no cerceamento de seu direito de defesa, em razão do indeferimento de prova testemunhal e da ausência de intimação sobre a conclusão do relatório final da comissão. Sustenta, ainda, a inexistência de provas de que teria participado da venda dos dados fiscais do jornalista autor da denúncia.

3. Ao examinar o Mandado de Segurança n. 15.964/DF, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADES. SUSPEIÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. INTIMAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE. DESNECESSIDADE. PEDIDO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS FORMULADO APÓS A INSTRUÇÃO DO FEITO. INDEFERIMENTO MOTIVADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.*

*1. Não há falar em suspeição se o impetrante não logra demonstrar nenhuma atitude tendenciosa dos membros da comissão processante.*

*2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que no processo administrativo disciplinar regido pela Lei 8.112/90 não há a previsão para a apresentação, pela defesa, de alegações após o relatório final da Comissão Processante, não havendo falar em aplicação subsidiária da Lei 9.784/99.*

*3. Não importa em cerceamento de defesa o indeferimento*

**RMS 30.881 / DF**

*devidamente motivado de produção de prova testemunhal formulado após a instrução do feito.*

*4. Segurança denegada” (grifos nossos).*

4. Como realçado na decisão impugnada, o ora Recorrente não demonstrou qualquer ato da comissão de processo administrativo que evidenciasse atitude tendenciosa de seus membros, limitando-se a destacar a repetição de atos processuais e a brevidade com que o processo foi decidido. Isso, contudo, não se afigura suficiente para impor a anulação de sua demissão.

O processo foi iniciado em 2002 e, após a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança n. 10.368, que anulou os atos processuais praticados a partir do indeferimento de provas testemunhais, teve seu curso regular restabelecido em 5.4.2007. Após inúmeras oportunidades de defesa, consistentes na apresentação de peças de defesa escrita, na produção de provas testemunhais e no seu interrogatório, foi expedida a portaria de demissão em 8.1.2008. Não há se falar, pois, em açodamento da instrução processual.

5. Não procede, de igual modo, a alegação de nulidade do processo em virtude da ausência de intimação sobre a conclusão do relatório final da comissão processante, para que pudesse “*recorrer administrativamente da decisão que concluiu pela aplicação da pena de demissão*” (fl. 602).

Como salientado na decisão recorrida, “*no processo administrativo disciplinar regido pela Lei 8.112/90 não há previsão para apresentação de alegações pela defesa após o relatório final da Comissão Processante, ou posteriormente ao parecer do órgão jurídico responsável por se manifestar acerca das conclusões daquela Comissão, não havendo falar em aplicação subsidiária da Lei 9.784/99*” (DJe 1º.6.2011).

Esse entendimento não destoa da jurisprudência deste Supremo Tribunal. Em 9.8.2011, no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado

**RMS 30.881 / DF**

de Segurança n. 30.502, de minha relatoria, a Primeira Turma assentou:

*“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE APLICOU PENA DE DEMISSÃO AO RECORRENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO APÓS A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL PELA COMISSÃO PROCESSANTE. LEI N. 8.112/1990. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PEDIDO EXTEMPORÂNEO DE PRODUÇÃO DE NOVA PERÍCIA. CARÁTER PROVISÓRIO E PRECÁRIO DA MEDIDA LIMINAR DEFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. 1. A Lei n. 8.112/1990 não exige nova intimação após a apresentação do relatório final pela Comissão Processante. O Supremo Tribunal Federal assentou que a ausência dessa intimação não caracteriza afronta ao contraditório e à ampla defesa quando o servidor defendeu-se ao longo de todo o processo administrativo. (...) 4. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança não provido” (DJe 24.8.2011).*

Na mesma linha:

*“EMENTA: Mandado de Segurança. Servidor Público. Processo Administrativo. Pena Disciplinar de Demissão. Alegação de violação à ampla defesa pela ausência de notificação quanto às conclusões do relatório final rejeitada, porquanto regular o exercício do contraditório ao longo do processo, tendo a servidora constituído advogado e apresentado defesa escrita. Não restou demonstrado, ademais, o prejuízo que teria sido causado pela falta da referida intimação. Mandado de segurança que se indefere” (MS 23.268, Rel. Min. Ellen Gracie, Plenário, DJ 7.6.2002).*

6. Também não prospera a alegação de cerceamento de defesa em razão do indeferimento do pedido de oitiva dos servidores que, à época dos fatos, exerciam suas atividades nas salas em que foram verificados acessos irregulares com o uso da senha pessoal do Recorrente.

**RMS 30.881 / DF**

Diversamente do que ocorreu com relação à negativa de produção de prova testemunhal que ensejou a impetração do primeiro mandado de segurança pelo ora Recorrente (MS 10.468), o indeferimento deste último requerimento pela comissão processante está devidamente motivado e respaldado no art. 156, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.112/1990, que dispõe:

*“Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.*

*§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.*

*2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito”.*

O relatório final da comissão de processo administrativo ressalta que a produção da prova testemunhal requerida no final da instrução seria extemporânea e desnecessária, pois não teria sido solicitada nas diversas oportunidades em que o Recorrente foi notificado para se manifestar sobre as provas que pretendia produzir e não atenderia ao propósito de afastar sua responsabilidade pelos fatos apurados (fls. 233-234). Ainda sobre o tema, o Parecer PGFN/CRJ n. 77/2008 esclarece:

*“Quanto ao requerimento do acusado para que fossem ouvidos os servidores que trabalham nas salas 606, 613, 615 e 714, onde também foram registrados acessos realizados com a senha, tem-se que o indeferimento da diligência pela Comissão encontra-se devidamente fundamentado, não só pelo fato de que foi feito intempestivamente, em razão de já se ter encerrado a fase instrutória do feito, mas, especialmente, pelo fato de que o servidor teve várias oportunidades de fazer tal requerimento, vez que justamente impetrou Mandado de Segurança nº 10468/DF para que fossem ouvidas outras pessoas.*

*Ademais, quando da sua notificação, após a anulação parcial do*

**RMS 30.881 / DF**

*Processo anteriormente impugnado, foi a ele dada nova oportunidade de manifestar o desejo de ouvir novas testemunhas, além das que seriam ouvidas por força da determinação judicial, sendo recusada tal oportunidade através de manifestação expressa contida na fl. 279 do Processo Administrativo Disciplinar. A apresentação desse requerimento só quando da apresentação da sua peça de defesa manifestou o nítido propósito protelatório do impetrante, a fim de se esquivar da aplicação da sanção com a ocorrência do termo final do lapso prescricional que se encontrava próximo” (fl. 485, grifos nossos).*

7. Por fim, no que se refere à suposta ausência de provas de que teria participado da venda dos dados fiscais obtidos a partir de sua senha, melhor sorte não assiste ao Recorrente. Diferentemente do que pretende fazer crer, sua demissão não decorreu da utilização de sua senha pessoal para realização de um único acesso irregular aos dados fiscais de contribuinte, os quais foram posteriormente vendidos, mas da constatação de que ela teria sido utilizada de modo injustificável para realização de milhares de acessos indevidos, grande parte deles a partir da estação de trabalho que lhe incumbia.

Os documentos juntados aos autos corroboram a conclusão da comissão processante de que o Recorrente esteve envolvido diretamente naquele fato e que o suposto compartilhamento de sua senha com outros servidores, se existisse, teria sido de modo intencional.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes trechos do relatório final da comissão de processo administrativo:

*“[A] autoria ficou comprovada, visto que o acesso à consulta CPF de Julio Bernardo Ludemir foi feito por meio da senha de uso pessoal do servidor indiciado, no dia 12/12/2000, no terminal GO5S2208 – terminal fixo instalado no prédio do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, iniciado (LOGON) no horário de 13:47:52 encerrado (LOGOFF) as 13:53:47, sendo certo que nesta pesquisa*

**RMS 30.881 / DF**

*foram acessados os dados fiscais de Julio Bernardo Ludemir, ocasião em que se tornou possível a identificação do número de arquivamento das suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, conduta que, ao final, propiciou a espúria cópia desses documentos e sua entrega ao contribuinte, mediante o pagamento de R\$ 700,00 (setecentos reais).*

*Restou provado que o acesso foi feito com a senha do servidor, e não se deve olvidar que a referida senha está resguardada pelo dever de sigilo funcional. (...) [É] absolutamente infundada a afirmação feita na Defesa Prévia de vazamento da senha sem autorização do indiciado.*

*Além disso, no mesmo Relatório da Sindicância (...) constou que (...) um escritório de detetives particulares envolvido no fato (...) estabeleceu 6 ligações telefônicas (...) para o ramal 3659, instalado na sala 617, que é o local de trabalho do servidor, ressaltando-se que uma das ligações ocorreu no dia 19.12.2000, um dia após a veiculação da [denúncia] (...)*

*À par disso, (...) o SERPRO emitiu relatório de todos os acessos ao Sistema SRF, na base CPF, efetuados com a senha do servidor ora indiciado, (...) evidenciando-se a seguinte situação:*

*(...)*

*i) no período considerado (16 meses) houve 13.861 acessos ao sistema (...)*

*j) foram utilizados dez (10) terminais para a tarefa (...)*

*k) 4996 acessos partiram do terminal GX12C0, instalado na sala 617 (...) cabendo assinalar que o netname é do computador por ele utilizado em seus trabalhos institucionais;*

*l) em face do elevadíssimo número de consultas, exsurge a possibilidade de indevido compartilhamento da senha do indiciado com outras pessoas, todas envolvidas em atividades ilícitas de quebra de sigilo fiscal, visando a obtenção de vantagem pecuniária.*

*Deste relatório restou evidente que a senha do servidor foi utilizada para fins estranhos às suas funções, visto que trabalhando no setor de arquivo (...) não se justificaria sequer uma consulta diária, que dizer um total de 4.996 acessos realizados em seu próprio computador (...)*

*Desta forma, (...) chegamos à conclusão de que (...) estes 4.996*

**RMS 30.881 / DF**

acessos à base CPF realizados no terminal de computador G05X12C0, utilizado pelo indiciado, instalado em sua sala de trabalho, foram por ele realizados, e este fato, por si só, já denota o envolvimento do indiciado em atividades de quebra de sigilo fiscal, como concluiu o SERPRO em seu relatório acima aludido, alínea "I" (...)

Ademais, igualmente, não existem motivos justificáveis para que o servidor tenha acessado em 4.996 oportunidades (uma média de 14 consultas diárias) (...) a base de dados da Receita Federal/cadastro CPF.

Outrossim, a tese de defesa de que a sua senha teria vazado e estaria sendo usada por terceiros sem o seu consentimento, haja vista a enorme quantidade de acessos, que totalizaram 13.861, no período de 01 ano e 04 meses, com uma média de 40 consultas diárias, inclusive muitas em salas que segundo alega não teria acesso, outras tantas durante um determinado mês que estava de férias e muitas outras pela manhã, quando encontrava-se tendo aulas em um curso externo, também não procede, pois estas consultas realizadas fora de seu Setor ou em períodos nos quais alega que encontrava-se ausente, correspondem ao mínimo das consultas realizadas, além do que, esta diversidade de terminais somente corroboram o entendimento de que houve compartilhamento intencional de senha pessoal e intransferível.

Até porque, as senhas da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional, notadamente as de acesso ao EXTRA, que permite consultas à base CPF e CNPJ, administrada pelo SERPRO, são automaticamente alteradas pelos usuários em períodos regulares, e estes procedem a esta alteração individualmente nos terminais e independentemente de qualquer requerimento neste sentido.(...)

Sendo assim, a alegação de que a senha utilizada para realizar a consulta ao CPF do Sr. Júlio Bernardo Ludemir no dia 12/12/2000, foi captado por terceiras pessoas sem o consentimento do indiciado, igualmente não convence, mesmo porque, o servidor estende esta alegação para justificar todas as consultas pesquisadas pelo SERPRO em 16 meses, esquecendo-se que regularmente as senhas ao Sistema Extra são alteradas automaticamente. Assim, não é crível que de tempos em tempos terceiros, tenham logrado êxito em "furtar" as diversas senhas do indiciado sem que o mesmo percebesse este suposto

**RMS 30.881 / DF**

movimento.

*Mesmo porque, como já foi dito acima, a tese de que terceiros capturaram a senha do indiciado fica fulminada pela constatação de que o mesmo realizou 4.996 consultas à base CPF (...) em seu próprio terminal de trabalho, o G05X12C0, instalado na sala 617, setor de arquivo da Defesa da PFN/RJ, seção onde são realizados trabalhos de arquivamento e desarquivamento de dossiês, que não justificam sequer uma consulta diária. (...)*

*[As] provas colhidas não evidenciam um compartilhamento culposo de senha, mas sim doloso, com a violação de segredo profissional, que à luz da tipificação legal, também exige a aplicação da pena de demissão prevista no art. 117, IX da Lei 8.112/90, infração capitulada como revelação de segredo do qual o servidor se apropriou em razão do cargo. Ademais, é impossível" (fls. 221-231, grifos nossos).*

Os argumentos despendidos pelo Recorrente revelam sua tentativa de desviar o foco da investigação para questão secundária, a identificação daquele que teria realizado a venda dos dados fiscais do contribuinte. Contudo, a apuração dirigiu-se à identificação do autor da quebra do sigilo fiscal do contribuinte e resultou na constatação de compartilhamento voluntário e indevido da senha pessoal do Recorrente para a realização de milhares de acessos ilegais em curto período de tempo, apenas 16 meses.

A senha pessoal de acesso aos sistemas do Ministério da Fazenda, como salientado pela comissão processante, estava resguardado pelo sigilo profissional. A quebra desse sigilo, de modo intencional, importa em descumprimento de dever funcional e autoriza, por si, a aplicação da pena de demissão.

Não há, portanto, reparos a serem feitos na decisão recorrida.

**8. Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso ordinário em mandado de segurança.**



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.881**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECTE.(S) : LUIZ CARLOS DE MELLO AZEVEDO

ADV.(A/S) : JOÃO PAULO DA SILVA

RECDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Por indicação da Relatora e, por maioria de votos, a Turma retirou o processo da Pauta n. 14/2012, publicada no DJe de 16.5.2012, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 11.9.2012.

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. 2ª Turma, 02.10.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão o Senhor Ministro Gilmar Mendes e a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

p/ Fabiane Duarte  
Secretária